



RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: PANORAMA, ATUAÇÃO DO MDR E DESAFIOS

Resíduos Sólidos: Alternativas de Financiamento-
Brasília/DF, 02 de agosto de 2019.

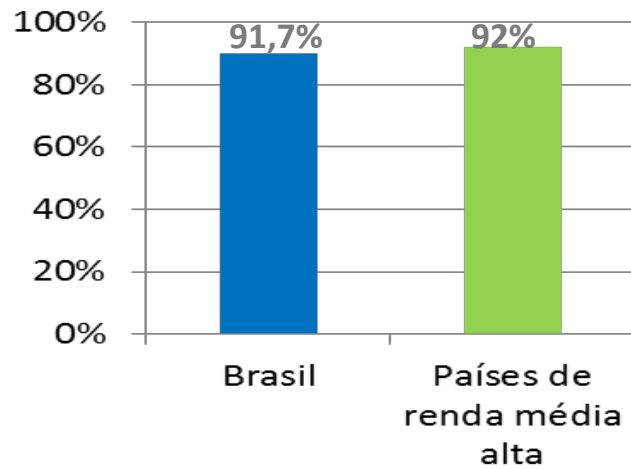
O QUE NÃO QUEREMOS



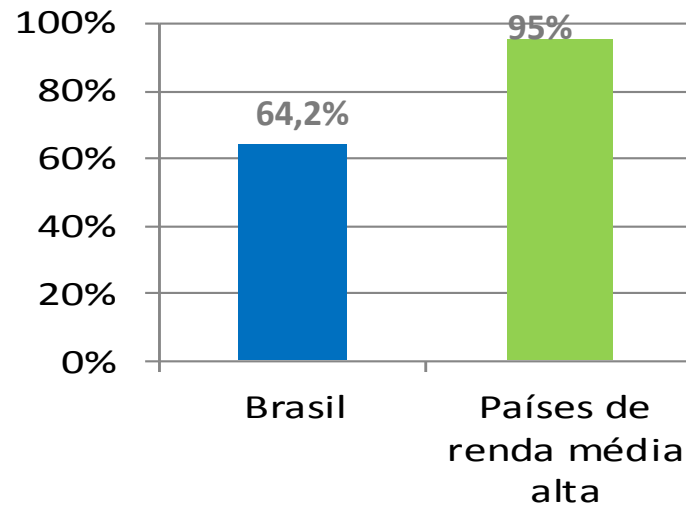
Onde Estamos



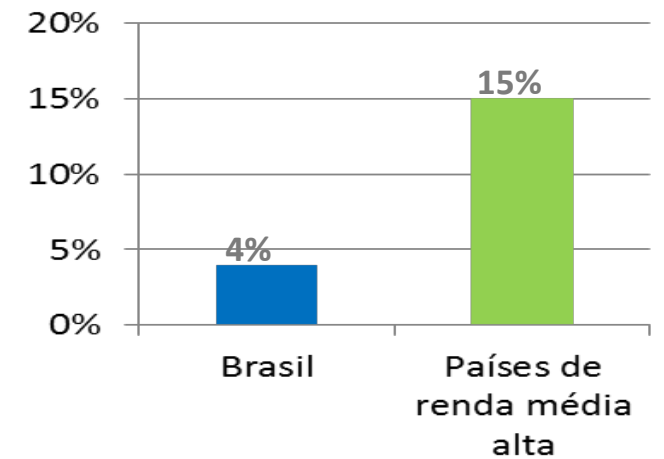
RSU coletado



Destinação Adequada



Reciclagem



Índices de Cobertura dos Serviços de Coleta de Resíduo Domiciliar

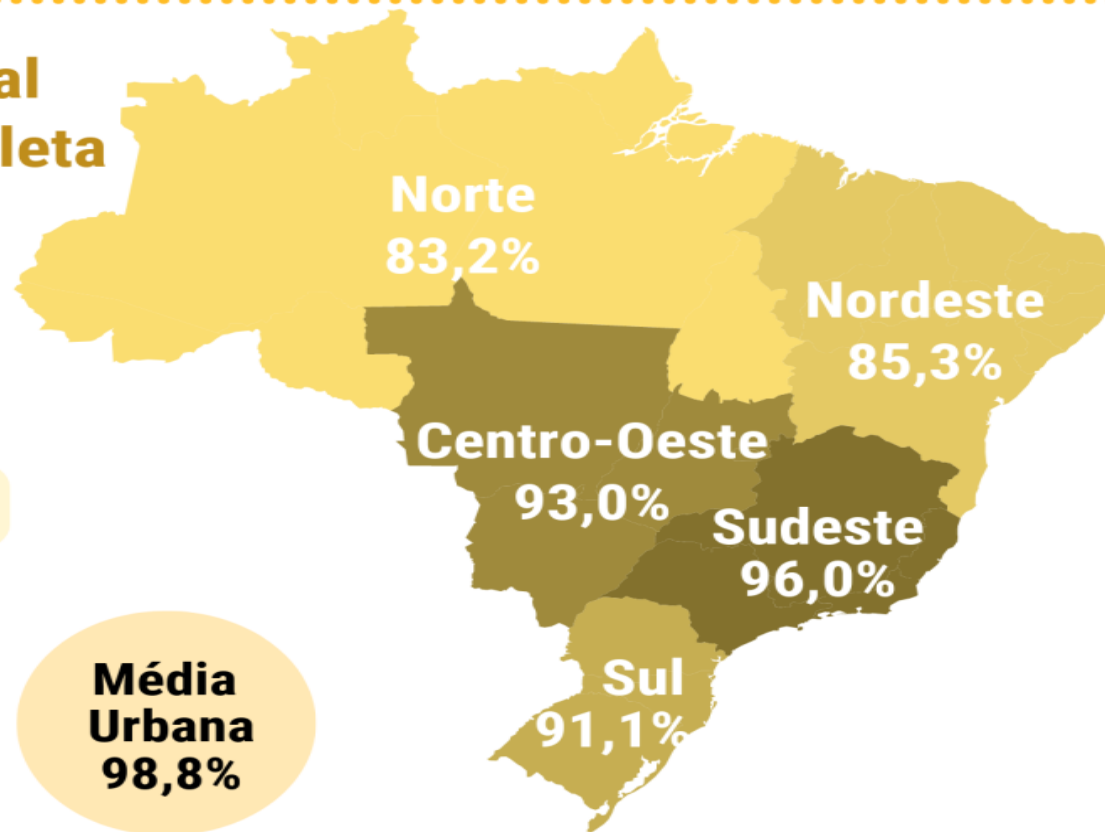
**População total
atendida com coleta
domiciliar**



187,0 milhões

**Média
Total
91,7%**

**Média
Urbana
98,8%**



**Massa coletada de
RDO* + RPU****



**60,6
milhões de
toneladas**

**0,95
kg/hab.dia**

* Resíduos Sólidos Domiciliares
** Resíduos Sólidos Públicos

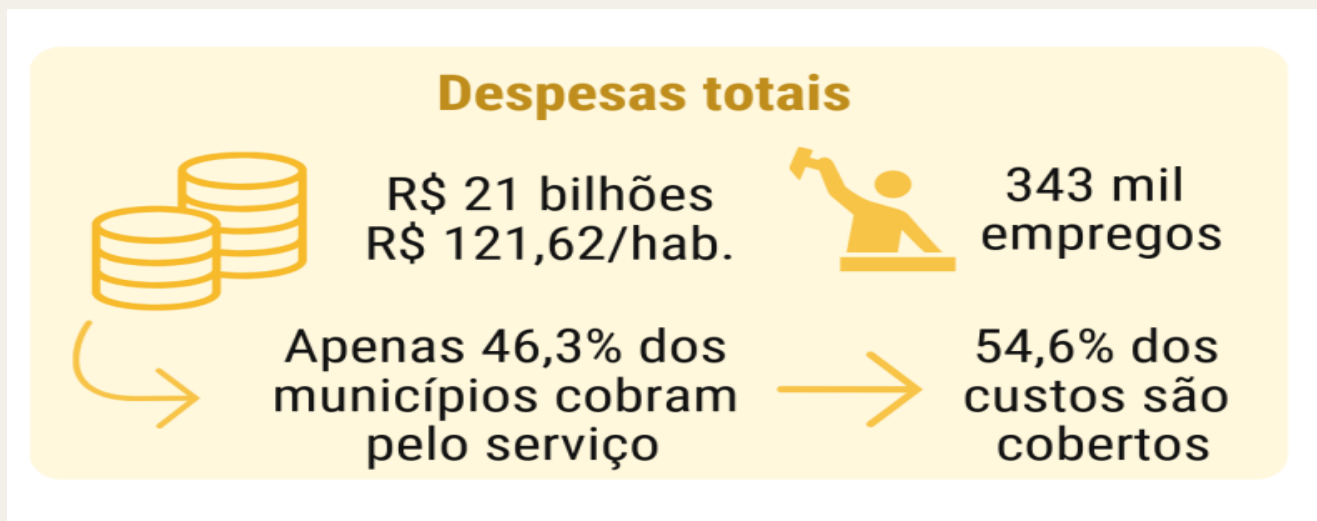
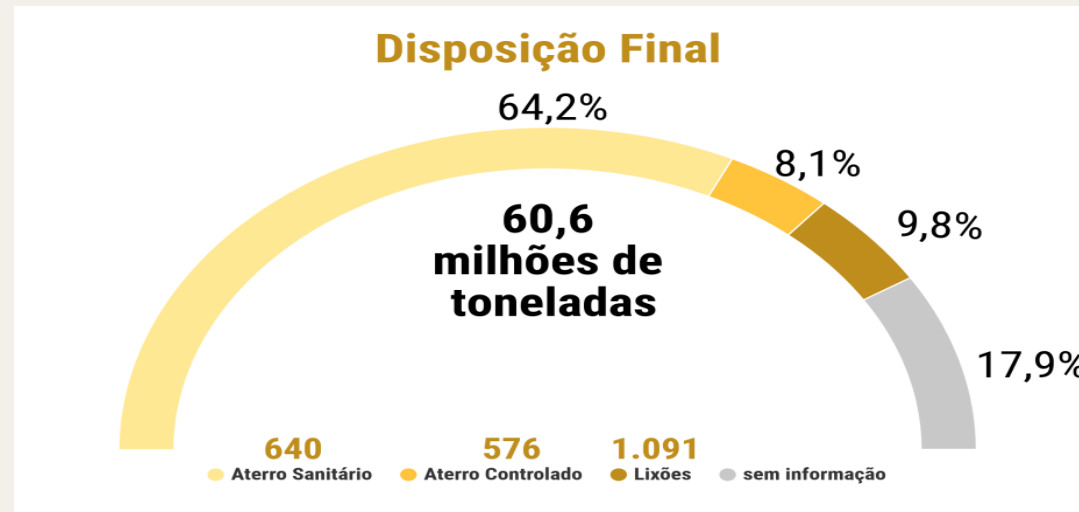
Coleta seletiva



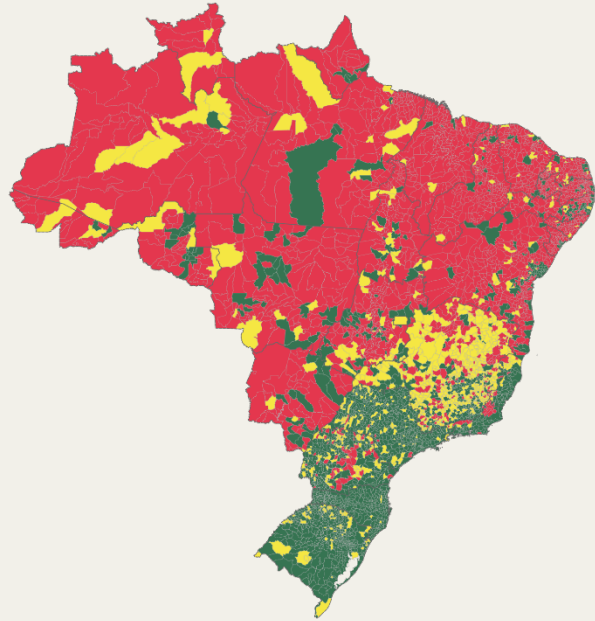
**22,5% dos
municípios com
coleta seletiva**

**1,5 milhão de toneladas
coletada seletivamente**

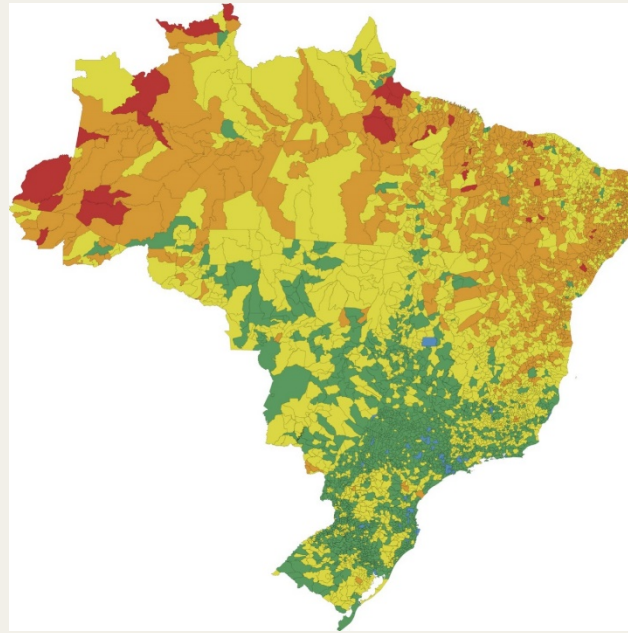
Disposição Final Ambientalmente Adequada e Destinação Final



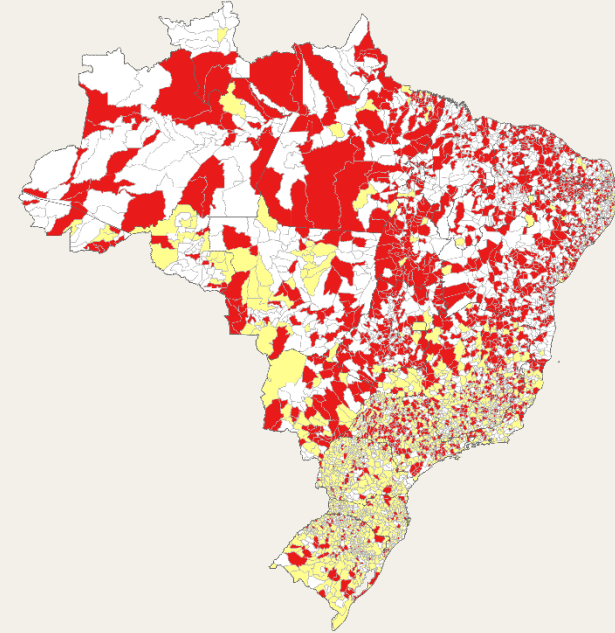
CENÁRIO NACIONAL COMPARATIVO



DISPOSIÇÃO
FINAL



IDH

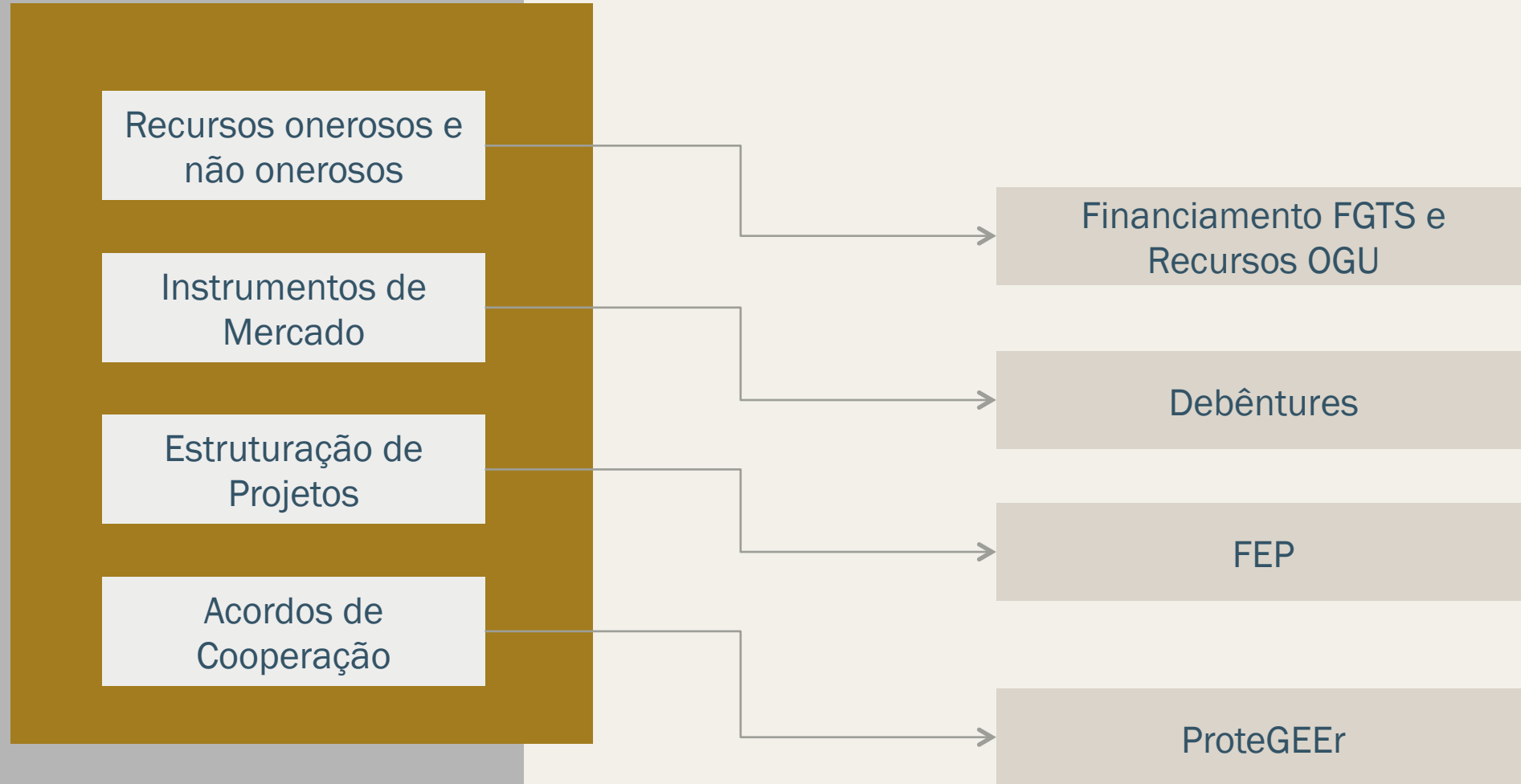


COBRANÇA

Onde Queremos CHEGAR



Atuação MDR



The background features a blurred image of hands holding money. In the foreground, a hand is visible holding a stack of coins. The overall scene is dimly lit, with a focus on financial activity.

FINANCIAMENTO FGTS

Programa Saneamento Para Todos

Normas Aplicáveis:

Resolução CCFGTS nº 702/2012 e IN MCID nº 39 e 43/2012, nº 22/2018.

Quem pode acessar:

- a) Estados, Municípios, Distrito Federal e suas entidades da administração indireta, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) Concessionárias ou sub-concessionárias;
- b) Empresas legalmente habilitadas para prestação do serviço.

Programa Saneamento Para Todos

O que é financiável:

- a) Estudos e projetos, inclusive planos de contingência, emergência e desativação previstos na Portaria nº 274/2019;
- b) Desativação, encerramento e recuperação de lixões;
- c) Coleta, transbordo, tratamento e disposição final – inclusive RCD e RSS;
- d) Unidades de recuperação energética;
- e) Aquisição de equipamentos e veículos.

Programa Saneamento Para Todos

Regras Gerais:

- a) Prestação do serviço regularizada – contrato de programa ou concessão válido
- b) Existência de Entidade Reguladora no município a ser beneficiado
- b) Adimplência ao SNIS
- c) Cobrança pela prestação do serviço

Regras Específicas:

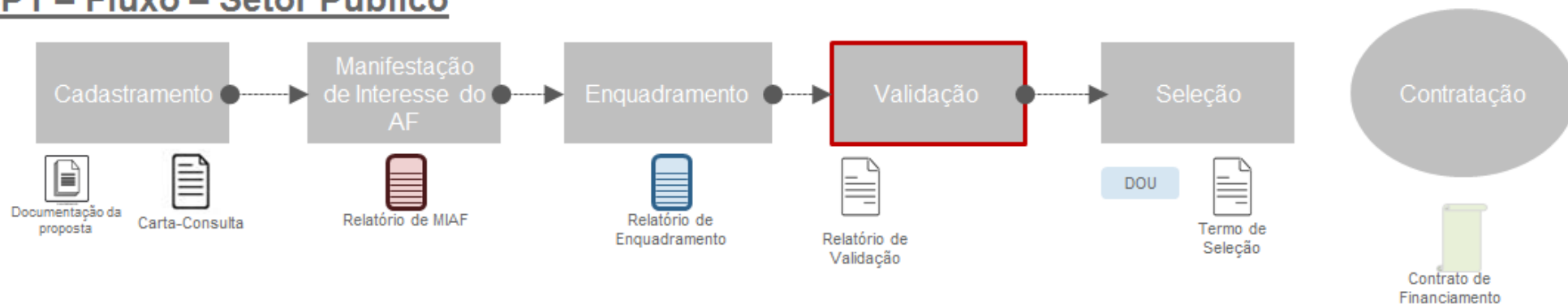
- a) Existência de Plano de Resíduos Sólidos – Decreto 7.404/2010;
- b) Existência de Regulamento de Limpeza Urbana
- c) Empreendimentos com tecnologias inovadoras: apresentação de LI
- d) Aquisição de equipamentos em instalações existentes: apresentação de LO

Condições Financeiras:

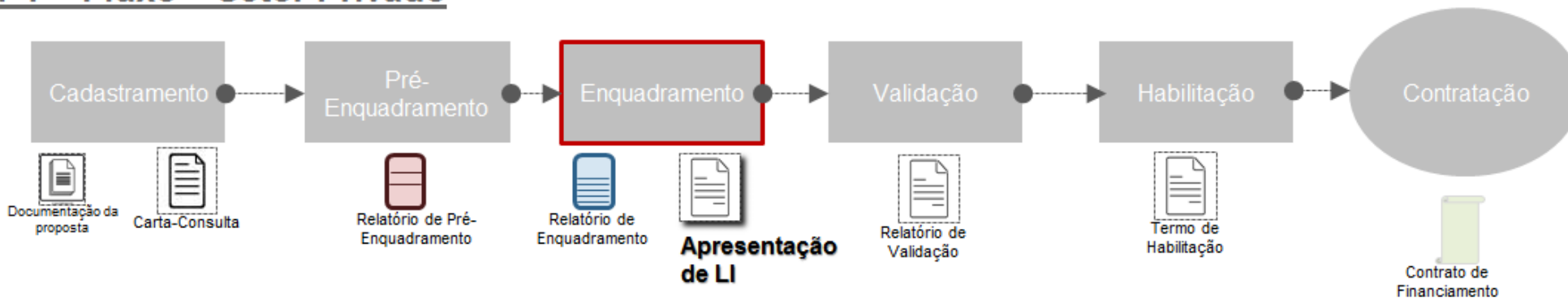
5% de Contrapartida e 20 anos para amortização

Programa Saneamento Para Todos

SPT – Fluxo – Setor Público



SPT – Fluxo – Setor Privado





FEP CAIXA



O que é o FEP Caixa?

Um fundo de natureza privada, sob regime de cotas, administrado pela CAIXA, cuja finalidade é custear serviços técnicos profissionais especializados de apoio à estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas de interesse dos entes da Federação.

Qual a participação do MDR?

Acompanhar e coordenar, em conjunto com a SPPI, o desenvolvimento e a implementação dos estudos e projetos.

Avaliar e articular instrumentos financeiros e garantias para viabilização dos projetos.

Promover a padronização de documentos técnicos e administrativos;

Promover a capacitação técnica e institucional de entes subnacionais

**PROJETOS-
PILOTO
MRSU**

Teresina-PI

Bauru-SP

São Simão-GO

Consórcio Convale-MG

Consórcio Comares-CE

The background of the image shows a pair of hands counting coins. One hand is holding a stack of coins, while the other is counting them. The scene is dimly lit, with a focus on the texture of the coins and the skin of the hands. The overall tone is professional and financial.

DEBÊNTURES INCENTIVADAS DE INFRAESTRUTURA

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Fonte: Captação de recursos no mercado

Normas Aplicáveis: Lei nº 12.431/2011, Decreto nº 8.874/2016 e Portaria MCID nº 315/2018

Quem pode acessar:

- a) Concessionárias e/ou sub-concessionárias
- b) Sociedades Controladoras

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

O que é financiável:

- a) Estudos e projetos, inclusive planos de contingência, emergência e desativação previstos na Portaria nº 274/2019;
- b) Desativação, encerramento e recuperação de lixões;
- c) coleta, transbordo, tratamento e disposição final – inclusive URE, RCD e RSS
- d) Unidades de recuperação energética;
- e) Aquisição de equipamentos e veículos.

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Regras Gerais:

- a) Prestação do serviço regularizada – contrato de programa ou concessão válido
- b) Certidão negativa de débitos relativa à tributos federais e a dívida ativa da União

Regras Específicas:

- a) Empreendimentos com tecnologias inovadoras: apresentação de LI

The background is a dark, low-key photograph of a construction site. A large crane with a lattice boom is the central focus, its structure extending vertically. In the foreground, the front of a white truck is visible, partially obscured by the crane's legs. The overall scene is dimly lit, with some highlights on the crane's structure and the truck's grille. The text 'CARTEIRA DE PROJETOS' is overlaid in the center in a clean, white, sans-serif font. The text is framed by a white L-shaped graphic element on the left and bottom edges.

CARTEIRA DE PROJETOS

Operações Contratadas - por modalidade (valor de empréstimo - R\$ bi)

	Abast. de Água	Esgot. Sanitário	Man. de Resíduos Sólidos	Man. de Águas Pluviais	San. Integrado	Estudos e Projetos	Desenvolv. Institucional	Red. e Controle de Perdas	TOTAL
FIN	17,05	18,78	0,81	5,04	2,03	0,18	1,35	0,18	45,42
OGU	5,82	9,49	0,02	7,98	5,47	0,46	0,02	0,00	29,26
TOTAL	22,87	28,27	0,83	13,02	7,50	0,64	1,37	0,18	74,68

Fonte: SACI - MDR (13/05/2019)

2%

OGU 56 contratos de RSU - R\$ 22,4 milhões
 FIN Público 22 contratos de RSU - R\$ 86,7 milhões
 FIN Privado 10 contratos de RSU - R\$ 725,3 milhões



DESAFIOS

Desafios do Modelo Brasileiro



Porte dos Municípios

Cerca de 60% dos municípios encaminham seus resíduos para lixões ou aterros controlados.

Em geral associados ao baixo IDH e baixo PIB dos municípios.



Regionalização

A prestação regionalizada dos serviços possibilitaria escala racional na gestão do RSU e equipes técnicas capacitadas.

Dificuldades políticas e de governança.



Capacidade técnica/ institucional do Gestor Público e dos Reguladores

Poucos municípios contam com gestão adequada do RSU e a regulação do tema ainda é muito incipiente.



Localização dos aterros

Nos grandes centros: Falta de disponibilidade de áreas para novos aterros.

Dificuldades em se obter novos licenciamentos ambientais.

Desafios de Sustentabilidade Financeira



Remuneração pela cobrança por meio de taxas ou tarifas

Os municípios com sistemas próprios de arrecadação para custear a limpeza pública são mais sustentáveis na gestão de RSU. Tarifa viabiliza concessão comum.



Baixo investimento do Setor Privado

Contratações de curto prazo dificultam acesso a crédito de longo prazo.
Inadimplência do setor público (receita < custos).



Principal entrave no financiamento de operações de crédito: Oferta de Garantias

Carência de contratos de concessão/PPP e da cobrança da prestação do serviço, impactam nas garantias exigidas pelos Agentes Financeiros.

DESAFIOS

Implementação de modelos financeira e socioambientalmente sustentáveis

- Cobrança pelos serviços: taxa x tarifa
- Concessões dos serviços
- Capacitação dos titulares e reguladores
- Hierarquia das atividades: reuso, reciclagem, tratamento e destinação em aterros
- Encerramento de lixões e recuperação de áreas degradadas

OBRIGADA!



Luciana Xavier de Lemos Capanema
Diretora
Departamento de Financiamento de Projetos
Secretaria Nacional de Saneamento
saneamentoparatodos@idades.gov.br
061-2108-1914